



A INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA, UM PROBLEMA BRASILEIRO

Osmar José de Barros Ribeiro

Trata-se de um aprofundamento de matéria publicada em nossa edição Out/Dez 91, sob o título *Inteligência e Estratégia*.

Aborda assunto de importância crescente para toda Nação que se queira soberana em nossos dias.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias atuais, em um mundo tornado pequeno pelas maravilhas da tecnologia, podemos, comodamente instalados face a um aparelho de televisão, saber que a China está sendo assolada por enchentes e, mais que isso, assistir ao drama dos desabrigados, vendo, em suas faces, a tensão e o medo. Logo a seguir, sem que nos seja dada a oportunidade de raciocinar sobre o que vimos, a tela passa a mostrar combates entre sérvios e croatas.

Desta forma, recebendo doses maciças de fatos que acabaram de acontecer nos quatro cantos do mundo, não

nos damos conta de que tal conhecimento implica em existir, no local, uma equipe para captar a cena em uma câmera, equipamentos portáteis e sofisticados para transmiti-la via satélite e outros para recebê-la, tratá-la e enviá-la até nossos receptores de televisão.

Um outro detalhe: as cenas que vemos são apenas algumas daquelas filmadas e/ou fotografadas pois, em algum lugar, trabalhando com critérios aos quais não temos acesso, uma outra equipe selecionou aquilo que deveria chegar até nós.

É da forma acima comentada, no caso extremamente simplificada, que os meios de comunicação social atuam na formação da chamada "opinião pública".

A esse respeito, quantos de nós ouvimos e, mesmo, falamos, em mais de uma ocasião, coisas tais como: “apareceu na televisão” ou “o jornal publicou”, com isso querendo significar que, sobre um determinado fato, encampamos como exato, correto e indiscutível, o juízo enunciado através de um dado meio de comunicação social.

No entanto, antes de fazê-lo, talvez devêssemos pensar em quem está fazendo a seleção das imagens transmitidas ou orientando a redação da notícia, quais os seus possíveis intentos etc.

Isto, porém, seria pedir demais. Mesmo em um país desenvolvido, que dirá no nosso Brasil...

Tais pensamentos ocorrem-me quando, assistindo ao noticiário da televisão ou lendo, em jornais e revistas, matérias sobre a “invasão das terras dos indígenas”, recordo que nos anos 70 uma determinada organização religiosa de caráter internacional se empenhava no sentido de transformar a área habitada pelos índios Ianomami, abrangendo terras do Brasil e da Venezuela, em território internacionalizado e sob a proteção da ONU. E aqui surge a pergunta, cuja resposta deixo aos eventuais leitores deste artigo: para quê?

Hoje, passados quase vinte anos, qual será a motivação de todo um conjunto de pressões dedicadas à criação de enormes reservas indígenas na Região Norte? Serão apenas razões humanitárias ou de defesa do meio ambiente? Se assim for, por que não igual preocupação com os índios do

Mato Grosso ou com a alarmante desertificação do Pampa gaúcho, na região de Uruguaiana?

A SITUAÇÃO MUNDIAL

Somos, ainda que com altos e baixos na trajetória, é forçoso reconhecê-lo, um país em desenvolvimento. Na medida em que nos tornamos mais importantes, é natural que surjam conflitos envolvendo nossos interesses na área internacional. Esta será a principal razão para buscarmos conhecer nossa real posição nesse quadro, pleno de nuances, das relações e dos interesses mundiais.

Hoje, após décadas de Guerra Fria, assistimos ao renascimento dos nacionalismos no seio da União Soviética, revelando as fissuras existentes na armadura do gigante.

Antes de mais nada levados ao impasse pelas dificuldades econômicas, os comunistas já aceitam renunciar aos dogmas do marxismo-leninismo e se alinham sob a bandeira da social-democracia, malgrado a queda de Gorbachev, em 19 de agosto, época na qual escrevemos este artigo, como reação conservadora aos ventos liberalizantes que sopram nas estepes. Embora o futuro seja ainda uma incógnita, parece difícil um retorno ao passado.

Assim, embora guardando a capacidade de destruir o globo terrestre com suas armas nucleares, os EUA e a URSS enfrentam a concorrência de outros centros de poder em acentuada expansão econômica, representados pela Europa Ocidental (através o Mercado

A esse respeito, quantos de nós ouvimos e, mesmo, falamos, em mais de uma ocasião, coisas tais como: "apareceu na televisão" ou "o jornal publicou", com isso querendo significar que, sobre um determinado fato, encampamos como exato, correto e indiscutível, o juízo enunciado através de um dado meio de comunicação social.

No entanto, antes de fazê-lo, talvez devêssemos pensar em quem está fazendo a seleção das imagens transmitidas ou orientando a redação da notícia, quais os seus possíveis intentos etc.

Isto, porém, seria pedir demais. Mesmo em um país desenvolvido, que dirá no nosso Brasil...

Tais pensamentos ocorrem-me quando, assistindo ao noticiário da televisão ou lendo, em jornais e revistas, matérias sobre a "invasão das terras dos indígenas", recordo que nos anos 70 uma determinada organização religiosa de caráter internacional se empenhava no sentido de transformar a área habitada pelos índios Ianomami, abrangendo terras do Brasil e da Venezuela, em território internacionalizado e sob a proteção da ONU. E aqui surge a pergunta, cuja resposta deixo aos eventuais leitores deste artigo: para quê?

Hoje, passados quase vinte anos, qual será a motivação de todo um conjunto de pressões dedicadas à criação de enormes reservas indígenas na Região Norte? Serão apenas razões humanitárias ou de defesa do meio ambiente? Se assim for, por que não igual preocupação com os índios do

Mato Grosso ou com a alarmante desertificação do Pampa gaúcho, na região de Uruguiana?

A SITUAÇÃO MUNDIAL

Somos, ainda que com altos e baixos na trajetória, é forçoso reconhecê-lo, um país em desenvolvimento. Na medida em que nos tornamos mais importantes, é natural que surjam conflitos envolvendo nossos interesses na área internacional. Esta será a principal razão para buscarmos conhecer nossa real posição nesse quadro, pleno de nuances, das relações e dos interesses mundiais.

Hoje, após décadas de Guerra Fria, assistimos ao renascimento dos nacionalismos no seio da União Soviética, revelando as fissuras existentes na armadura do gigante.

Antes de mais nada levados ao impasse pelas dificuldades econômicas, os comunistas já aceitam renunciar aos dogmas do marxismo-leninismo e se alinham sob a bandeira da social-democracia, malgrado a queda de Gorbachev, em 19 de agosto, época na qual escrevemos este artigo, como reação conservadora aos ventos liberalizantes que sopram nas estepes. Embora o futuro seja ainda uma incógnita, parece difícil um retorno ao passado.

Assim, embora guardando a capacidade de destruir o globo terrestre com suas armas nucleares, os EUA e a URSS enfrentam a concorrência de outros centros de poder em acentuada expansão econômica, representados pela Europa Ocidental (através o Mercado

Comum Europeu), o Japão e a China. Tais centros buscam e buscarão sempre o predomínio sobre os demais e é em tal quadro que as nações ao sul da Linha do Equador, eufemisticamente denominadas de “em desenvolvimento”, deverão lutar na defesa dos seus interesses maiores, sob pena de serem reduzidas à simples condição de campo-de-batalha na disputa, entre os distintos blocos, pelo domínio econômico do mundo.

Pensar que os países desenvolvidos concordarão, de bom grado, em abrir mão das suas vantagens em favor dos mais fracos é acreditar em contos de fadas. Entre nações não existe amizade e sim uma vasta rede de interesses, os quais, em dado instante, poderão coincidir. Apenas isto. Nada mais.

Assim sendo, para nós, a única saída está em buscarmos o progresso científico e tecnológico, com decisão e audácia, objetivando o bem-estar do nosso povo.

Com efeito, o desenvolvimento tecnológico é decisivo na determinação da posição ocupada por um país no concerto das nações. A capacidade nacional de gerar, absorver, desenvolver e aplicar novas tecnologias dará, amanhã, a medida da nossa situação em um mundo marcado pela tendência de cristalizar-se entre aqueles capazes de criar coisas novas e os destinados, quando muito, a copiar modelos obsoletos, à custa do pagamento de pesados *royalties*, submetidos a um novo colonialismo — o econômico.

Na verdade, há que considerar os dois aspectos do problema: o político e o econômico. Se, do ponto de vista

da política de poder, os EUA e a URSS perseguem seus objetivos nacionais de dominação e/ou de predomínio com o respaldo da força que, é mister reconhecê-lo, ainda predomina nas relações internacionais, do ponto de vista econômico é admitido o surgimento de novos pólos irradiadores de riquezas e de prosperidade.

Trata-se, não há dúvida, de uma solução de compromisso, surgida da carência de força e de poder político para alterá-la de forma mais profunda.

Nos primeiros dias de agosto de 1991, um comentarista do *Estado de São Paulo* dizia que “não se entra no Primeiro Mundo pela porta dos fundos”, ao enfatizar a necessidade de buscarmos, por nossos próprios meios, o progresso tecnológico. Esqueceu-se, no entanto, de enfatizar as pressões exercidas pelos países desenvolvidos contra as ações dirigidas em tal sentido, tais como aquelas empreendidas contra nosso Programa Nuclear, a busca de tecnologia aeroespacial e as que resultaram no fracasso das negociações para a venda do CC Osório à Arabia Saudita, terminando por, praticamente, levar a ENGESA a uma situação pré-falimentar, entre outras mais sutis e desconhecidas do grande público.

O EXEMPLO DA AMAZÔNIA

Assistimos, nos dias que correm, declarações pomposas sobre “interdependência” como sendo um objetivo a ser alcançado com a evolução das relações internacionais. Trata-se, a nosso ver, do estabelecimento de uma forma dis-

simulada de dependência, posto que aquela apenas pode ser estabelecida entre países politicamente soberanos e economicamente independentes.

Parece-nos sintomático que tal "interdependência" seja preconizada justamente pelos países desenvolvidos, os quais, com tal política, nada mais desejam que eternizar as relações de dependência existentes entre eles e os em desenvolvimento.

No caso particular da Amazônia, área que representa mais da metade do território nacional, os meios de comunicação social refletem a existência de pressões a serem consideradas com muito cuidado. Dentre elas poderiam ser citadas, por mais conhecidas, as seguintes: o narcotráfico, o conservacionismo e as áreas indígenas.

Ninguém, em sã consciência, pode deixar de reconhecer o perigo que o narcotráfico representa para a sociedade. Trata-se, em verdade, de um câncer a ser extirpado pelo emprego de todos os meios ao alcance das autoridades, na justa medida em que não somente destrói o indivíduo como a própria coletividade.

Em agosto de 1991, estamos assistindo ao desencadeamento de uma operação policial no Estado de Rondônia, com o objetivo declarado de atingir as raízes do problema naquela Unidade da Federação. Desejamos, todos os brasileiros realmente patriotas, que ela tenha o mais completo êxito.

No entanto, ousamos perguntar, por que as nossas autoridades permitiram que o problema adquirisse tal vulto? Por que correr o risco de sermos acusados de não termos capacidade de

manter a lei e a ordem no interior do nosso próprio território? Amanhã, se não formos capazes de erradicar o mal, estaremos sujeitos, até mesmo, a uma intervenção internacional (a continuar crescendo e ganhando abrangência o conceito de "interdependência") sob o pretexto de que a região é um corredor pelo qual flui a droga que corrompe e enfraquece os povos ditos desenvolvidos. E, na verdade, trata-se, tão somente, de evitar que a nossa própria população seja corrompida e enfraquecida pelos traficantes.

Já o conservacionismo é uma bandeira sob a qual se abrigam grupos e indivíduos, tanto nacionais como estrangeiros. Nesse movimento, encontramos uma mistura muito grande de interesses os mais diversos, e dele brota a intenção de manter adormecido o enorme potencial econômico da Amazônia Brasileira, sob pretextos altamente discutíveis.

De qualquer sorte, a pressão surgida de tal movimento reduz a liberdade de ação governamental no trato dos difíceis e enormes problemas da área, e termina por difundir, pelo mundo, a falsa idéia de não sermos capazes de lidar com eles. Daí à internacionalização da região, não vai distância muito grande...

No que respeita às áreas indígenas, conforme anteriormente ressaltado, existem grupos estrangeiros cujo sonho maior é vê-las sob a administração da ONU (vale dizer internacionalizadas), contando, se não com a aberta concordância, pelo menos com o apoio de parte da imprensa e da intelectualidade nacional, bem como de setores

de diferentes confissões religiosas. São aqueles que defendem a criação de verdadeiros quistos antropológicos a serem administrados por organizações não governamentais (as célebres ONG), com evidentes prejuízos para a soberania nacional.

Hoje, mais do que nunca, adquire foros de um grito de alerta o lema "integrar para não entregar".

ABRANGÊNCIA DA QUESTÃO

O problema esboçado em largos traços abrange, é fácil reconhecer, tanto o campo interno quanto o externo e sua solução, transcendendo de muito a ação política de um só Governo, interessa ao nosso futuro como Nação e adquire as roupagens de Objetivos Nacionais Permanentes tais como Soberania, Integridade do Patrimônio Nacional e Paz Social.

No campo externo, a ação do Estado deverá estar voltada para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais, no quadro mais vasto da realidade internacional. A Política Interna, por outro lado, abrangendo o conjunto de Políticas Regionais, Setoriais e Específicas, não pode e não deve descurar os aspectos de Segurança e de Desenvolvimento que a todas permeia. Daí se concluir que a Política Interna e a Externa, não só se interpenetram, como se apresentam em relação de mútua dependência, sobretudo no que respeita ao Desenvolvimento.

A Escola Superior de Guerra (ESG), em sua publicação intitulada *Doutrina* (1989), ensina que: "A superação dos

obstáculos que impedem ou dificultam a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais exige, pois, a preparação e o emprego adequado do Poder Nacional, numa forma específica de luta para a qual, inclusive, devem ser convocados especialistas dos diversos setores da vida nacional. Essa luta ou esforço da Nação, modernamente, se chama Estratégia e deve ser coordenada pelo governo que a representa, podendo exigir o concurso de elementos de múltiplos setores da sociedade."

Ainda no entender da ESG, a Estratégia "é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Atuais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política de Governo".

A palavra Estratégia ainda é muito associada a questões militares e de defesa, não só no Brasil como em todo o mundo. Não obstante, modernamente, ela vem sendo entendida segundo um sentido mais amplo, referindo-se também a questões políticas, econômicas e sociais.

Da mesma forma, a expressão Segurança Nacional não deve ser entendida como querendo significar apenas a defesa do território. Ela está ligada a outros assuntos, tais como Programa Nuclear, Programa Aeroespacial e a própria produção e exportação de material bélico. Tal afirmação fica meridianamente clara quando compulsamos a Doutrina da ESG. Ali encontramos o seguinte: "Segurança Nacional é a garantia, em grau variável, proporcionada à Nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas,

econômicas, psicossociais e militares, para, superando os antagonismos, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes.”

Assim, tanto quanto a palavra “estratégia”, a expressão Segurança Nacional não pode e não deve ser deturpada, devendo-se discernir, “em seus conceitos, uma noção de garantia, proteção ou tranqüilidade em face de ameaças ou ações adversas à pessoa humana, às instituições ou a bens essenciais, existentes ou pretendidos” (ESG, Doutrina, 1989).

Isso posto, torna-se meridianamente claro que a situação, tanto nacional quanto internacional, deve ser encarada à luz de ações estratégicas, objetivando o encontro de soluções que, atendendo aos interesses nacionais, permitam o Desenvolvimento com Segurança.

A INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Todo e qualquer Estado preocupa-se, por definição, com a sua própria sobrevivência e, para tanto, lança mão de ações políticas com as quais busca, por um lado, marcar sua posição entre os demais Estados e, por outro, fazer face às medidas tomadas por estes e que possam, de uma ou outra forma, interferir na consecução dos seus objetivos.

Assim sendo, é meridiana a necessidade de os idealizadores, planejadores e executores da Política Governamental serem capazes de avaliar, tanto as reações internas, quanto externas a esta mesma Política, de forma a otimizar sua execução.

Tal avaliação deve ser feita pela Inteligência Estratégica.

Por Inteligência Estratégica devem ser entendidos aqueles conhecimentos necessários à avaliação de uma dada situação existente ou potencial, com vista à condução das ações políticas empreendidas pelo Estado nos seus níveis mais elevados. Em outras palavras, a Inteligência Estratégica deve ser encarada como sendo o conhecimento de fato ou situação, interna ou externa, que tenha ou possa vir a ter reflexos em qualquer das Expressões do Poder Nacional, produzido com a finalidade de atender às necessidades de planejamento, à tomada de decisões e à condução da ação governamental nos seus escalões mais elevados.

Por sua própria finalidade, a Inteligência Estratégica é relativamente estável em termos de conhecimento elaborado e, conseqüentemente, dá margem à produção de apreciações e de estimativas com maior validade no tempo.

Inteligência Estratégica Interna é aquela que busca o conhecimento, não só do Poder e do Potencial Nacional, como também dos óbices que possam produzir efeitos no âmbito interno do País, ainda se acontecidos no exterior.

A Inteligência Estratégica Externa diz respeito ao Poder e ao Potencial de outras nações, grupos de nações ou mesmo de organismos internacionais, possibilitando a constante adequação da Política Externa do País.

Rotular a Inteligência Estratégica de Interna ou Externa independe do fato de ela ter ou não origem no território

nacional. Importa, basicamente, a finalidade a ser atendida.

A classificação da Inteligência Estratégica por campo de interesse é menos clara, posto que Segurança e Desenvolvimento, conforme assinalado anteriormente, são áreas interligadas, que se interpenetram e completam. De qualquer forma, vale assinalar que a Inteligência Estratégica voltada para o Desenvolvimento, quer seja Interna ou Externa, normalmente está ao alcance direto e regular do Estado, ainda que possam ser obtidas, também, em áreas nas quais existam óbices. Já os conhecimentos desejados no campo da Segurança são de mais difícil obtenção, posto que, no Campo Interno, são obtidos, em grande parte, em áreas onde se manifestam antagonismos e, no Campo Externo, no mais das vezes, são conhecimentos sigilosos, afastados no espaço e contando com a proteção dos naturais do país-alvo.

Quanto ao critério de abrangência por área ou assunto, a Inteligência Estratégica poderá ser Global (por integrar todos os aspectos a serem considerados para o completo conhecimento de um determinado assunto); Regional (amplitude limitada a uma dada região) e Setorial (restrita ao campo de atuação de um determinado órgão). Aqui, vale acentuar que um conhecimento Regional, ou Setorial, poderá ser considerado estratégico em função da sua utilização.

A Inteligência Estratégica Básica serve, como o próprio nome indica, à produção de outros conhecimentos, em particular por permitir o acompanhamento dos sucessivos desdobra-

mentos de uma determinada atividade ao longo de um certo tempo.

A Inteligência Estratégica Corrente, referindo-se a fatos atuais ou recentes, quer da conjuntura interna quer da externa, em todos os campos de atividade, propiciam conhecimentos de valor imediato para os formuladores e os executores da Política Nacional.

A Inteligência Estratégica Estimada é a projeção, em futuro previsível, de determinado fato ou situação, com base na análise objetiva de todos os dados disponíveis e no estudo das possibilidades e probabilidades de sua evolução. É o produto mais nobre da Inteligência Estratégica.

A Inteligência Estratégica também pode ser Econômica, Política, Psicossocial ou Científico-Tecnológica, conforme a Expressão do Poder Nacional à qual servirá, com a ressalva de que sua utilização ou finalidade, e não sua origem, é que darão margem ao seu enquadramento.

UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Não cabe, no escopo deste trabalho, descer a detalhes quanto à forma de a Inteligência Estratégica ser empregada no Método para o Planejamento da Ação Política o qual, se efetivamente seguido, sem dúvida alguma viria tornar menos aleatória e mais objetiva toda e qualquer Ação Governamental. Assim, basta considerar que a efetiva existência de um Sistema Nacional de Inteligência, operado por gente capaz e conhecedora dos proble-

mas, permitiria ao seu Órgão Central, qualquer que fosse o seu nome e desde que colocado em nível hierárquico compatível, a execução das seguintes tarefas:

Na Fase Política:

- elaborar e apresentar Estimativas Estratégicas a curto, médio e longo prazos;

- fornecer dados que permitam, no Campo Interno, concluir pelas necessidades básicas, pelos óbices (atuais e potenciais) a serem enfrentados e pela capacidade do Poder Nacional em fazê-lo;

- cooperar na fixação dos Objetivos Nacionais Atuais (ONA), no estabelecimento dos Pressupostos Básicos e na elaboração das Hipóteses de Guerra.

Na Fase Estratégica:

- cooperar na formulação do Conceito Estratégico Nacional (CEN);

- proceder ao Estudo de Situação de Inteligência, objetivando a formulação dos Objetivos de Inteligência e, em decorrência dos mesmos, e dos Conhecimentos Necessários;

- colaborar com os planejadores, fornecendo-lhes os Conhecimentos Necessários que forem solicitados;

- elaborar o Plano Nacional de Inteligência e apresentá-lo ao Presidente da República para a necessária aprovação;

- fornecer os Conhecimentos Necessários para a elaboração dos demais Planos (de Desenvolvimento, de Segurança e de Mobilização);

- acompanhar a evolução da conjuntura;

- auxiliar os planejadores com os resultados das Ações Estratégicas pos-

tas em execução (retroalimentação do Sistema).

Este, em linhas bem gerais, é o funcionamento de um Sistema Nacional de Inteligência, voltado para o assessoramento do Presidente da República.

Hoje, infelizmente, as Organizações que poderiam compô-lo estão fragmentadas e, em grande parte, inoperantes. As razões são várias e, neste trabalho, embora algumas ressaltem de forma evidente, não cabem ser discutidas.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscamos, a partir da formação da opinião pública, ressaltar a importância de conhecermos (ou ao menos tentar fazê-lo) as motivações implícitas em atitudes e comportamentos, quer no âmbito interno quer no externo.

Procuramos, através de exemplos, talvez excessivamente simplificados, reforçar tal idéia.

Ao fazê-lo e por não nos considerarmos donos da verdade, outro não foi o nosso intento que levar o leitor a pensar sobre o assunto.

No mundo conturbado em que vivemos, temos o direito e o dever de buscar os interesses maiores do nosso País, pois afinal, em todas as épocas, a guerra nada mais foi que o confronto tornado inevitável entre interesses nacionais tornados inconciliáveis.

Não podemos e não devemos sacrificar a nossa Soberania, a nossa Integridade Territorial, a nossa Independência política e econômica a interesses alienígenas, ainda que disfarçados

em altissonantes odes a um Mundo sem fronteiras.

E a primeira linha de defesa do nosso País está na Inteligência Estratégica, um tipo especial de conhecimento que

devemos, a qualquer preço, buscar no Brasil e no exterior, como forma de nos anteciparmos a toda sorte de pressões políticas e econômicas, venham de onde vierem.



OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO — Tenente-Coronel (R/1) do Exército. Possui todos os cursos regulares de sua arma: AMAN (Turma Aspirante Mega, 15 de fevereiro de 1955), ESAO (1964) e ECEME (1969). Possui ainda os cursos da EsIE (Guerra Química, 1957), EsNI (Curso "A", 1974) e ESG (1988). Além de comandante do Pelotão de Infantaria, foi Auxiliar de Instrutor (1960-61) e Instrutor-Chefe do Curso Básico (1971-72-73) da AMAN, e Chefe da 2ª seção do Estado-Maior da Brigada Pára-quedista (1970). Participou da Força Interamericana de Paz (1966).